



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA  
REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2014

**Ata n.º 10**

Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Cultural e Recreativo da Junta de Freguesia da Guia, por convocatória de onze de Abril, e aditamentos de quinze e dezasseis de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

**PONTO DOIS:** Apreciação e deliberação das actas de 06-02-2014 e 19-03-2014; ----

**PONTO TRÊS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2013; -----

**PONTO QUATRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do município respeitantes ao ano de 2013; -----

**PONTO QUINTO:** Tomada de posse de membros do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação, sobre proposta do Conselho, das alterações ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira; -----

**PONTO SÉTIMO:** Designação de um representante para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve I Central; -----

**PONTO OITÁVO:** Moção apresentada pela CDU. -----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Ana Alexandra Diogo Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vitor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia de Albufeira e



Olhos de Água, Hélder Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores, José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Ana Vidigal da Silva e Rogério Pires Rodrigues Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão dando a palavra ao público presente. -----

M. de Fátima Ferreira: "Muito boa noite a todos. Existe alguma possibilidade de intervenção deste órgão, desta Assembleia Municipal, de modo a auxiliar todos os que de nós, em Albufeira queremos deslocar-nos à baixa de Albufeira, com o nosso carro, de modo a que possamos estacionar, sem termos de pagar o que os parquímetros nos exigem. Cada vez é mais difícil estacionar em Albufeira, o valor é altíssimo, para além de nós, como cidadãos, termos dificuldade em pagar essa taxa, penso que em nada ajuda o comércio da baixa e Albufeira." -----

Ana Maria Rosa: "Boa noite, tenho duas intervenções a fazer, uma a título de Presidente de Guia Futebol Clube e em nome de toda a direcção. Queria dizer que o Guia Futebol Clube só existe e funciona nos moldes que funciona, com o apoio da autarquia, e da Junta de Freguesia, e dos órgãos autárquicos, nomeadamente com a cedência de instalações, com as despesas de manutenção, de água e electricidade, isso é extremamente reconhecido por todos nós, nesta direcção, e pelos sócios. Mas foi com a maior apreensão que hoje me dirigi à Câmara Municipal de Albufeira para indagar do nosso processo, em que pedíamos isenção de taxas para três situações de *outdoors* que conseguimos na Freguesia da Guia. Conseguimos o anunciante, conseguimos que os donos dos terrenos os cedessem gratuitamente, afim de nos ajudarem a financiar as actividades do clube, visto que, como todos sabemos, e compreendemos, os apoios financeiros que eram recentemente dados, reduziram imenso. Fizemos um grande esforço para ir buscar algum financiamento através daquelas situações. Tomei conhecimento que, em deliberação de reunião de câmara de dia dois, foi decidido comunicar que há intenção de indeferir e que teremos dez dias para contestar ou para expor os nossos argumentos. Iremos fazer mas de qualquer maneira é um mau presságio, é um mau início desta situação, e a pergunta que faço é: uma vez que está a tomar esta atitude, penso que não só relativamente ao Guia, mas também a outros clubes, que também tinham nestas receitas uma fonte de



financiamento, se de facto há agora possibilidade de a Câmara ajudar mais no aspecto financeiro do que aquilo que ajudou no ano passado, que foi pouquíssimo, como todos sabemos. Deixo aqui a questão e iremos com certeza expor as nossas razões assim que recebermos a comunicação oficial. Outra situação, a nível pessoal, como cidadã da Guia, gostaria de saber como está a situação de termos um caminho pedonal desde a Guia até ao Shopping e também o controlo e relação de travessia e de acesso de peões naquela zona. Sei que não é responsabilidade da Câmara, são coisas que se prendem com as Estradas de Portugal, mas, de facto, será sempre responsabilidade da Câmara insistir para que as coisas sejam feitas. Não se entende, de facto, como é que numa zona, a três ou quatro quilómetros, que é a situação em Pêra, que temos uns semáforos que poucas pessoas utilizam e fazem ali uma travessia, e naquela zona nem existe semáforos, nem existe uma rotunda. Vê-se constantemente pessoas, que só têm possibilidade de ir a pé, vão pela berma da estrada. Fazia todo o sentido que houvesse um acesso pedonal e que o trânsito ali fosse regulado. Falo porque no ano passado perdi uma grande amiga ali, num grande acidente. Na altura falámos com o Presidente da Câmara, que contactou as Estradas de Portugal. Foi feita uma pequena melhoria mas não é suficiente. Fica aqui o pedido para que esta situação seja analisada e resolvida. Obrigada.” -----

Presidente da Câmara: “A primeira pergunta foi dirigida a este órgão, Assembleia, relativamente ao estacionamento na Avenida da Liberdade. É uma questão em que eu também tenho alguma sensibilidade em relação a isso. É uma questão que está ligada ao parque de estacionamento que está a ser feito. Temos uma série de problemas a serem resolvidos, nomeadamente a questão do Pólis. Temos uma pessoa que está a fazer o parque. Está a fazê-lo com capitais próprios e também com a exploração à superfície do outro parque junto à Avenida da Liberdade. A pessoa, para se ter financiado, a sociedade Pólis deveria ter já feito a cedência desse terreno à empresa. Essa questão esteve parada durante algum tempo. Eu andei de volta do Governo para tratar da situação. Penso, dentro em breve, poder dar os passos necessários à execução do contrato. É uma questão que tem sido objecto de preocupação. Em relação à questão do Guia Futebol Clube, a questão dos *outdoors* foi a reunião de Câmara. O Guia Futebol Clube tem alguém interessado em publicitar, no exterior, por via *outdoor*, o seu comércio, e por essa via, o Guia Futebol Clube ir buscar uma isenção face ao regulamento. Levantam-se aqui várias questões. Primeiro tem a ver com a versão do



regulamento municipal, que prevê que os clubes possam ser isentos mas para fazer publicidade das suas próprias actividades. A segunda questão é que, indo por esta via, as entidades comerciais deixam de ficar sujeitas às taxas municipais. Há o parecer jurídico dos serviços, que é desfavorável. Em relação ao caminho pedonal, esta matéria está com as Estradas de Portugal." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Cândido Reigado: "O problema que quero levantar é sobre a saúde no concelho de Albufeira. Tivemos uma reunião na delegação do PCP, onde esteve também o deputado Paulo Sá, com o director executivo da Região Central de Saúde do Algarve, e ele próprio reconheceu que havia falta de médicos, falta de enfermeiros, falta de material clínico. A extensão do centro de saúde de Paderne estava, na altura, a funcionar apenas com um médico; a extensão das Ferreiras chegou a estar sem médico. Creio que agora já deve ter lá um médico. No caso de Paderne, são cerca de três mil utentes para um médico e em Ferreiras também, o que é claramente insuficiente. As pessoas esperam e desesperam à espera para serem atendidas. Eu próprio já estive sete horas com uma das minhas netas nas urgências e depois dessas sete horas fui substituído pela minha nora, que esteve mais duas horas à espera para ser atendida com uma criança. Penso que não tem sentido nenhum, é descabido a situação a que este problema chegou. O problema através do nosso deputado, Paulo Sá, já chegou ao Ministério da Saúde mas a situação continua por resolver. Na altura, o director executivo disse-nos que, brevemente, iriam contratar cinco médicos, mas só dois iriam vir para o centro de saúde de Albufeira. Mesmo que isso já tenha acontecido, pensamos que não, mas continuamos com o mesmo problema. Queria perguntar se a Câmara Municipal de Albufeira já fez algumas diligências neste sentido, junto das entidades competentes, no sentido de resolver este problema." -----

José Pimenta: "Boa noite. Em relação à central de camionagem de Albufeira, pensamos que a central deve estar ao serviço dos munícipes de Albufeira. Mas isso não acontece porque há um autocarro que se dirige a Albufeira, para receber munícipes para se deslocar a outra localidade, mas não pode entrar dentro da central de camionagem de Albufeira. Não conheço o contrato que existe entre a Câmara Municipal de Albufeira e a Eva mas, de qualquer forma, acho que, se por acaso existe um acordo em que a gestão dessa zona, da central de camionagem, só tem por finalidade resolver as situações da EVA, penso que esse contrato deve ser resolvido. Mais uma vez digo, que a situação da central de camionagem de Albufeira não é a central de camionagem da Eva ou outra qualquer: é a central de camionagem que deve estar ao serviço dos Albufeirenses.



Gostava que o Presidente nos desse uma resposta em relação a esta situação. Depois tenho um requerimento que vou entregar à mesa (Doc.1 anexo a esta acta). Terceiro ponto, há três comissões que existem por Lei: uma é a Comissão de Segurança, nessa comissão já há eleitos. Depois há a Comissão do Conselho municipal da Juventude e a Comissão do Conselho de Educação. Passados seis meses, que os eleitos da Assembleia Municipal tomaram posse, e até este momento, desconhecemos qual a situação. Gostaria que o Presidente da Câmara nos elucidasse sobre estes dois conselhos municipais." -----

Domingos Coelho: "Boa noite. Penso que uma grande parte dos presentes teve a oportunidade de constatar o mau estado do piso da estrada que liga Guia a Albufeira. Se bem me lembro, a última beneficiação foi ainda no tempo do Presidente Catuna. A pergunta é simples: está prevista alguma beneficiação para esta estrada?" -----

Presidente da Câmara: "Em relação à questão do Sr. Cândido Reigado, para saber se a Câmara terá feito algumas diligências, sim, já fez, preocupamo-nos com a matéria e a nossa Vereadora da saúde poderá esclarecer melhor". -----

Vereadora Ana Vidigal: "Boa noite a todos. Relativamente a esta questão, assim que tivemos conhecimento da falta de médicos no centro de saúde, diligenciámos imediatamente junto dos responsáveis. Como sabem, não é uma responsabilidade da Câmara, nem sequer uma competência da Câmara. Os médicos que saíram do centro de saúde, por razões que desconhecemos, e a nós não compete saber, essa situação já foi resolvida. Quanto à falta de médicos que persiste, ainda assim, continuamos a diligenciar no sentido de diminuir todo o grupo de utentes que não tem médico de família. É evidente que essas situações poderão ser minimizadas, e é nesse sentido que estamos a trabalhar neste momento. Não por ser efectivamente uma competência mas porque encaramos esta situação uma responsabilidade moral e de ética por parte da Câmara Municipal."-----

Presidente da Câmara: "Em relação à central de camionagem, eu não percebi a questão. Já lá fui muitas vezes e não senti qualquer tipo de dificuldade em aceder ao interior."-

José Pimenta: "Houve um autocarro da Câmara Municipal de Sines que veio recolher munícipes em Albufeira. E foi-lhe negado esse acesso."-----

Presidente da Câmara: "Desconheço qual é o contrato mas presumo que seja de concessão. Mas vou ver e tentar saber o que é que se passa. Quanto à Comissão de Segurança já demos o primeiro passo. A comissão do Conselho Municipal de Juventude também já demos o primeiro passo. Já convidámos e fizemos uma reunião com as associações no sentido de fornecerem os líderes, dentro da juventude, para criarmos o conselho. Em relação ao da educação, já foi levantada a questão na Assembleia anterior. Já está a ser trabalhado. Fiquei de dar uma resposta por escrito mas ainda não o fiz porque o assunto já está a ser tratado e assim darei uma resposta mais



concreta. Quanto à intervenção do Sr. Domingos Coelho, em relação ao mau estado do piso do caminho Albufeira/Guia, não é só nesse caminho. Pelo concelho temos muitos pisos em mau estado. Mas para lhe responder directamente à pergunta, neste momento não está previsto o arranjo desta estrada. " -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

### PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das actas de 06-02-2014 e 19-03-2014; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Domingos Coelho: "Em relação à acta da Assembleia que ocorreu em Paderne, no dia seis de Fevereiro, gostaria de precisar umas situações que não estão correctas. Na página dez, onde diz *diria que cinco por cento dos terrenos, é diria que noventa e cinco por cento dos terrenos*. Depois, na décima terceira linha o que disse foi que *com a falta de atractividade que o concelho tem, Paderne ainda está pior*. Depois na página seguinte, falta aí, logo no início da página, *poucas intervenções*."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO DA ACTA DE 06-02-2014:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Vitor Vieira-----

Votos a Favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

**VOTAÇÃO DA ACTA DE 19-03-2014:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Rui Bernardo, Eugénia Baptista e Leonardo Paço. -----

Votos a Favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

### PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2013; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Soraia Morais, Mário Gaspar e Ivânia Mascarenhas. -----

Votos a Favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----



## PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do município respeitantes ao ano de 2013; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "A bancada do partido Socialista, como sabem, foi eleita, assim como os outros eleitos, para a Câmara Municipal, só no final de Setembro, e não acompanhou a execução deste orçamento. Também é certo, a anterior bancada votou contra este orçamento por entender que o mesmo não vinha ao encontro daquilo que era as nossas perspectivas relativamente à melhor solução para o concelho. Tem sido assim, continuamente, este debate, no sentido que, de facto, entendemos não estar com as condições que achamos serem fundamentais para a resolução dos problemas dos munícipes de Albufeira. Nesse sentido, o grupo parlamentar, analisando este documento, verifica algumas das situações que entendemos serem de referir. Apesar de todas as situações relacionadas com as finanças da Câmara, verificamos que existe um aumento da despesa corrente. Um aumento da despesa corrente, num ano em que se verificou a redução de salários e em que se verificou também a redução de postos de trabalho. Verificamos um aumento dos impostos de vinte e dois por cento, de dois mil e dois para dois mil e treze, este aumento da despesa com o pessoal implicou cerca de um milhão de euros, e, verdade seja dita, a redução do endividamento só foi possível à custa deste brutal aumento de impostos. É evidente que este aumento de receita tem por base as imposições derivadas do PAEL. Porém, desde que haja vontade política, e já o reafirmamos várias vezes, é sempre possível que se proceda a uma renegociação do PAEL. A não ser assim, entendemos que estará aqui em causa uma situação de manutenção dos valores máximos nas variadíssimas taxas, licenças e impostos municipais, que neste momento já não são impostos pelo PAEL, uma vez que é possível renegociar. Apesar de o Partido Socialista se abster nesta votação, alertamos o executivo para que, o mais rapidamente possível, possa proceder à renegociação do PAEL e, assim, reduzir os encargos para os munícipes de Albufeira com os impostos de taxas e licenças." -----

José Pimenta: "Nós, não sendo contabilistas, tentamos analisar a documentação. Em relação à prestação de contas de dois mil e treze, e como todos sabem, nesse mesmo ano não participámos em fiscalizações nem em deliberações, dado não termos eleitos



na Assembleia Municipal. Reconhecemos que o executivo fez um esforço para regularizar as dívidas com os fornecedores. Mas não podemos esquecer que os munícipes pagaram, e continuam a pagar bem caro, anos de esbanjamento. Principalmente no ano de dois mil e nove, que foi o ano de eleições autárquicas. Podemos dizer que com o executivo CDU tal nunca teria acontecido.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: catorze (14) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Pereira, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a Favor: onze (11) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Guia, -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Foi apresentada declaração de voto pela bancada do Partido Socialista. (Doc. 2 anexo a esta acta)-----

**PONTO QUINTO**

Tomada de posse de membros do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira; -----

Foi dada posse aos membros que se encontravam em falta. -----

**PONTO SEXTO**

Apreciação e deliberação, sobre proposta do Conselho, das alterações ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira; -----

Presidente da Assembleia: “Isto prende-se com a primeira reunião que houve do Conselho Municipal de Segurança, em que foi deliberado no Conselho, comunicar à Assembleia Municipal que fosse retirado da composição o representante da Solcoop uma vez que esta cooperativa já não existe. O que se propunha a esta Assembleia era retirar a alínea do representante da Solcoop, do artigo quarto.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----



**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Vitor Vieira-----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO SÉTIMO

Designação de um representante para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve I Central; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Adriano Ferrão apresentou uma proposta de lista que foi designada por "Lista A" (Doc. 3 anexo a esta acta). -----

José Pimenta apresentou uma proposta de lista que passou a ser designada por "Lista B" (Doc. 4 anexo a esta acta) -----

Francisco Oliveira apresentou uma proposta de lista que passou a ter a designação de "Lista C" (Doc. 5 em anexo a esta acta) -----

Soraia Morais apresentou uma proposta de lista que passou a ser designada por "Lista B" (Doc. 6 anexo a esta acta) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu início à votação das propostas, designadas por lista A, lista B, lista C e lista D, por escrutínio secreto. -----

**VOTAÇÃO:** -----

LISTA A: onze (11) votos; -----

LISTA B: dois (02) votos; -----

LISTA C: nove (09) votos; -----

LISTA D: três (03) votos. -----

Comunicados os resultados, o Presidente da Assembleia declarou eleitos os seguintes membros: -----



**Maria Eugénia Xufre Baptista, elemento efectivo;-----**  
**Ana Cristina Neves Pinto Oliveira, elemento suplente. -----**

**PONTO OITÁVO**

Moção apresentada pela CDU. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado lê moção apresentada. (Doc. 7 anexo a esta acta.) -----

Adriano Ferrão: “A bancada do PSD não podia deixar de reagir a este documento. No seu princípio geral não estamos em desacordo: a comemoração do quadragésimo aniversário da revolução de Abril impõe-se, é uma realidade, e nós, com certeza, como Partido Social Democrata que somos, estamos ao lado destas comemorações, e esta moção apresentada, no seu princípio geral, enquanto vontade de comemorar, estamos de acordo com esse objectivo. No entanto, com alguns parágrafos e algumas das afirmações aqui proferidas não podemos estar completamente de acordo. O vinte e cinco de Abril é um acontecimento histórico que pertence a todo o Portugal, a todos os portugueses, e os portugueses estiveram empenhados nesse esforço de trazer a este país uma democracia liberal, da qual hoje o sistema que existe é o regime que está que é fruto disso mesmo. Não me lembro que alguns se tenham empenhado mais do que outros e que sejam os donos desse movimento, desse movimento do vinte e cinco de Abril, que foi encetado pelos militares do vinte e cinco de Abril e depois continuado pelas populações e organizado mais tarde em partidos políticos, trazendo assim a democracia para o nosso país. Por outro lado, há frases que são um pouco abusivas, *a Constituição da República é subvertida*. Mas nós temos o Tribunal Constitucional que permite precisamente cortar estas subversões. Por outro lado, fala de um programa de subversão do Poder Local Democrático, e eu gostava que aparecessem provas da existência de um programa neste sentido. Ao que eu saiba, isto são palavras mas não há uma prova que se possa dar em que existe um programa de subversão. Isto apoia uma velha teoria da conspiração de que a CDU é a autora e que depois foi seguida por alguns partidos políticos, de uma esquerda radical, tentando assim afastar a população do poder que está instalado ou do partido político que nesta altura lidera o governo. Num parágrafo mais final, fala-se da convergência e da unidade dos patriotas. É um bocado estranho quando se acusa uns de que não estão com o vinte e cinco de Abril e, por outro lado, se apela à convergência e à unidade dos patriotas. O vinte e cinco de



Abril é isto mesmo, é a convergência e a unidade dos patriotas, por isso apela a este bom senso e a esta união de Portugal, no seu todo, em prol da democracia portuguesa. *Face ao exposto do que se delibera, promover e estimular a luta em defesa*, isto é, normalmente uma terminologia utilizada que continua a aparecer nos textos que a CDU normalmente traz aqui. Como disse, embora com estes apartes que acabei de assinalar, o Partido Social Democrata encontra-se a comungar do princípio da celebração do vinte e cinco de Abril." -----

Cândido Reigado: "A CDU não é, nem querem ser os donos do vinte e cinco de Abril, longe disso. Aliás, o vinte e cinco de Abril é de todo o povo português, foi feito precisamente para restituir a democracia e a liberdade que antes não tínhamos. Tínhamos o regime fascista que perseguiu, reprimiu o povo português, prendeu vários patriotas que se opunham ao regime fascista, muitos foram espancados, torturados e mortos dentro e fora das prisões. Não somos donos do vinte e cinco de Abril, é de todo o povo português. Ninguém pode negar que há repressão nas empresas, os delegados e dirigentes sindicais são perseguidos, são os primeiros a serem postos na rua quando defendem os interesses dos trabalhadores. Os próprios trabalhadores que defendam os seus direitos são alvos de represálias e à primeira oportunidade são postos na rua. Temos exemplos concretos no nosso concelho. Portanto, não pode haver liberdade, não pode haver democracia, quando os direitos dos trabalhadores estão a ser espezinhados. Quando temos aqui no concelho salários de autêntica miséria, se compararmos a seguir ao vinte e cinco de Abril, foi instituído o salário mínimo nacional, na altura três mil e trezentos escudos. Comparado com o salário mínimo nacional de hoje, de quatrocentos e oitenta e cinco euros, faz uma diferença de cerca de cinquenta euros a menos. Portanto, vivia-se melhor na altura com os três mil e trezentos escudos do que o que se vive hoje com os quatrocentos e oitenta e cinco euros. Mas, mais grave que isso, é nós termos aqui no concelho de Albufeira situações de trabalhadores que nem sequer ganham o salário mínimo nacional. Por exemplo, um electricista, que em dois mil e nove/dois mil e dez, tinha um salário à volta de novecentos euros, hoje vai à procura de trabalho e oferecem-lhe quinhentos euros, a um electricista com carteira profissional. Esta é a realidade que se vive no nosso concelho. A democracia é muito bonita mas quando os trabalhadores são tratados desta maneira, quando há fome em várias famílias, acho que a democracia está com problemas. Assim como a educação e a saúde, também estão com problemas. Por



exemplo, quantos milhares de alunos já desistiram do ensino superior porque não têm dinheiro? Isto está-se a preparar para tal e qual como no tempo do fascismo: estudava quem tinha dinheiro, que eram os ricos. Os pobres não conseguiam, ou poucos eram aqueles que conseguiam ir para a universidade." -----

Francisco Oliveira: "Respondendo às questões aqui levantadas, e após uma leitura do documento, não vejo que haja aqui neste texto qualquer tentativa de se apropriar, por parte da CDU, do vinte e cinco de Abril, é de todos nós. Vejo aqui uma linguagem típica de determinado tipo de grupo mas na verdade isto podia ser dito de forma diferente, será uma questão de semântica e por essa razão a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente porque na verdade comunga daquilo que são, no fundo, as conquistas de Abril. E as conquistas de Abril serão diferentes consoante cada um de nós. Houve, para alguns, conquistas, houve, se calhar, para outros, que após o vinte e cinco de Abril deixaram de ter conquistas e privilégios, mas entendemos de facto, que cada um teve, sem dúvida alguma, benefícios com o vinte e cinco de Abril. E assim iremos apoiar esta moção." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: catorze (14) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Guia -----

Votos a Favor: onze (11) Francisco Oliveira, Gerales Simões, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ana Pereira, José Pimenta, Leonardo Paço, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:40 horas, de que foi lavrada acta que, depois de



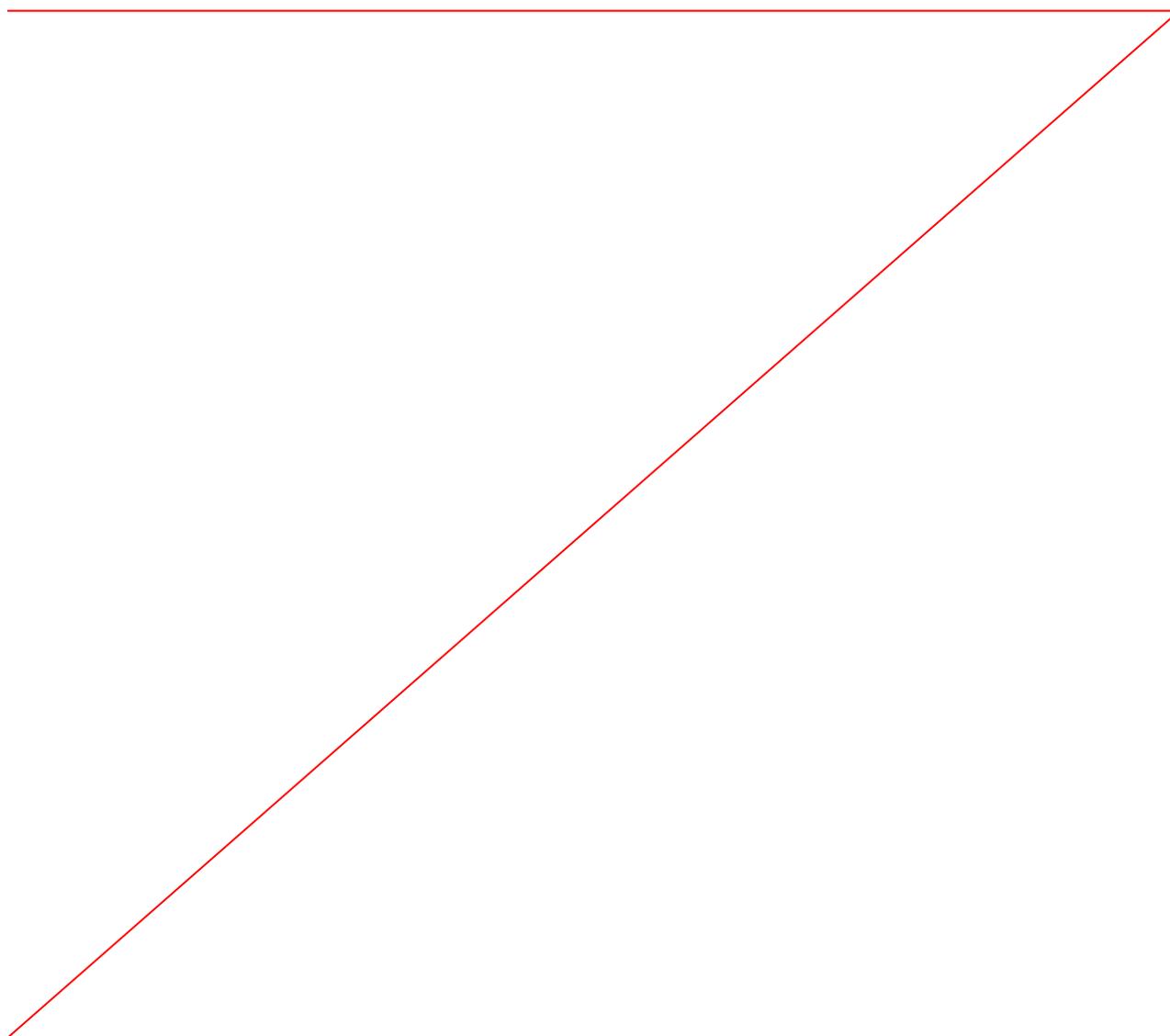
lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 23 de Abril de 2014 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_





Doc. 1

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



23-4-2014

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente da Assembleia  
Municipal de Albufeira

A Coligação Democrática Unitária, vem junto de V. Exa., e em articulação com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, ao abrigo do artigo 7º-2-a do Regimento, requerer.

Que seja concedido aos eleitos da CDU, e com acompanhamento do setor das águas, (Vereador) o visionamento da documentação que diz respeito aos consumidores devedores do consumo da água, para com o Município .

Albufeira, 23 de Abril de 2014

Os Eleitos da CDU

*Cândido Reisgado*



## DECLARAÇÃO DE VOTO

  
23-4-2014

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira, no ponto relativo à Conta de Gerência relativa a 2013, absteve-se por diversas ordens de razões.

Antes de mais, importa referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista resulta das eleições de 29 de Setembro 2013, pelo que não teve oportunidade de acompanhar a execução do Orçamento relativo ao ano de 2013.

No entanto, aquando da discussão sobre o Orçamento de 2013, a então Bancada do Partido Socialista votou contra o Orçamento, por entender que este mantinha uma direcção errada, numa linha de continuidade incorrecta, sem atender a situação económica que se atravessa, como se veio a verificar.

Os aspectos a salientar nesta Conta de Gerência, são, entre outros:

- a) Aumento dos impostos de cerca de 22% entre 2012 e 2013.
- b) Aumento da despesa corrente.
- c) Aumento da despesa com o pessoal, em cerca de 1 milhão de euros, em ano de redução de pessoal e corte de salários.
- d) A redução do endividamento só foi possível à custa do brutal aumento de impostos.

É, assim, evidente o aumento da receita que tem por base as imposições derivadas do PAEL.

Porém, e desde que haja vontade política, tais aumentos podem ser suavizados, uma vez que no momento presente não existe qualquer obrigação de manter os impostos e taxas nos limites máximos.

Já não há desculpa para dizer que tal carga fiscal decorre de compromissos com terceiros, devendo o Executivo iniciar um processo de renegociação do PAEL.



Caso assim não aconteça, só poderá daí deduzir-se, que a Câmara Municipal continuará a financiar-se, para além do necessário, à custa da enorme carga fiscal sobre os municípios.

Apesar da abstenção, quanto à Conta de Gerência, a Bancada do Partido Socialista entende que o Executivo deverá promover uma redução equilibrada dos custos de funcionamento, por forma a diminuir os encargos dos municípios nos impostos, taxas e licenças.

Os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista

23/04/2014

*João Pereira*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*



LISTA (A)

Exmo. Senhor  
Presidente da Mesa da  
Assembleia Municipal de Albufeira

Os membros do PSD na Assembleia Municipal de Albufeira propõem, como representante do município de Albufeira, para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve / Central:

Elemento Efetivo:

Maria Eugénia Xufre Baptista

Elemento Suplente:

Ana Cristina Nolas Pinto Oliveira

**Albufeira, 23 de Abril de 2014**

**Os Subscritores**



Handwritten signatures of the subscribers, including names like Carlos Santos and João Baptista.



CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



*LISTA (B)*

Ponto 7 da ordem de trabalhos – Sessão de 23-04-2014  
Designação do Representante Conselho da Comunidade  
Agrupamento Centros de Saúde (ACES) Algarve Central.

Proposta da CDU

Rui Pedro Martins Pimenta – Fisioterapeuta.

Os Eleitos da CDU

*Carolina Rodrigues*

*Pimenta*



LISTA (c)

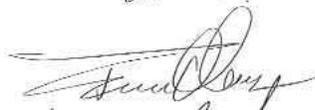
PROPOSTA

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira, ao que concorre ao facto de o Orador de trabalhos vem propôr como representante para o Conselho da Comunidade de Aglomeramento de Centros de Saúde (CACES) Albufeira Central:

EFFECTIVO: O EXMO SR. DR. JOSÉ GERALDES DE FREITAS

SRAS

Suplente: VERA LÉVES ALBUQUERQUE  
CASTRO COSTA  
SRAS. O Grupo Parlamentar de PS.

  
VERA LÉVES ALBUQUERQUE  
CASTRO COSTA

  
José Geraldes de Freitas



Lista (D)

Albufeira, 23 de Abril de 2014

### Proposta VIVA

O grupo VIVA apresenta para representante da Assembleia Municipal de Albufeira, no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) a seguinte proposta:

Paulo Santos

enfermeiro especialista em enfermagem comunitária, coordenador da equipa de Cidades Continuadas Integradas do Centro de Saúde de Albufeira, com trabalho desenvolvido no âmbito da saúde comunitária, a nível local e regional

Os membros do Grupo VIVA

- Soraia Moraes
- Mário Gaspar
- João Pinheiro



CDU

**MOÇÃO****40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974**

Comemoramos este ano o 40º Aniversário da Revolução de Abril, realização histórica do povo português, acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

40 anos depois, Portugal vive um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais. Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, o governo pôs em curso um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais despudorada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

Com as primeiras eleições livres e democráticas, para os órgãos das Autarquias Locais, em 12 de Dezembro de 1976, o Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais e teve intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.



As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa pelo que estão a fazer ao nosso povo, ao nosso país, ao Poder Local Democrático, à sua história e ao seu futuro. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto a AM, ~~em 13/11/2013~~ reunida a ~~23/04/2014~~ delibera:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e os portugueses.
2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações dos 40 anos de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

15/04/2014

OS ELEITOS DA C.D.U.

Cândido Reis